

HABEAS CORPUS Nº 465.921 - SP (2018/0216550-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN PEREIRA DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JONATHAN PEREIRA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravos em Execução n. 0000052-92.2018.8.26.0154).

Consta dos autos que o paciente foi beneficiado com o livramento condicional (e-STJ fls. 20/21).

Inconformado, o Ministério Público Federal interpôs agravo em execução. O Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial. Eis a ementa do julgado (e-STJ fl. 25):

AGRAVO EM EXECUÇÃO Livramento condicional Nulidade da decisão de fls. 23/24, ante a ausência de juntada aos autos do boletim informativo antes da prolação do r. “decisum”. Acolhimento Imprescindível a juntada do boletim informativo para a análise dos requisitos exigidos para a concessão do benefício pleiteado Precedente desta Corte Bandeirante De rigor o reconhecimento da nulidade da decisão combatida Recurso provido.

No presente *writ*, sustenta a defesa que o paciente preencheu todos os requisitos para o livramento condicional, não sendo necessária a juntada do boletim informativo do histórico prisional do paciente.

Requer, liminarmente, sejam sobrestados os efeitos do acórdão impugnado. No mérito, pleiteia seja restabelecida a decisão que deferiu o livramento condicional ao paciente.

Indeferido o pleito liminar (e-STJ fls. 35/36) e prestadas as informações (e-STJ fls. 50/53 e 58/72), opinou o Ministério Público Federal "pela concessão de ofício da ordem de *habeas corpus*" (e-STJ fls. 74/77).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e este Superior Tribunal de Justiça, pela sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer. Nesse sentido, destaco os seguintes julgados: STF - (HC 104045, Relatora Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 21/08/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 05-09-2012 PUBLIC 06-09-2012); e STJ - (HC 239550/RJ, Relatora Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 26/09/2012).

Assim, em princípio, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício, como - a meu ver - no caso em testilha.

Conforme se verifica do acórdão impugnado, cassou-se o livramento condicional em aresto carente de fundamentação. Confira-se (e-STJ fls. 26/28):

O recurso interposto pelo Ministério Público comporta provimento.

Verifica-se dos autos que o Ministério Público pleiteou a juntada aos autos do boletim informativo, por ser instrumento imprescindível para a análise do benefício do livramento condicional, sob o argumento de que contém todo o histórico do preso, aponta eventual prática de falta grave e indica outros processos em andamento em nome do sentenciado (fls. 20).

Ocorre que o MM. Juiz a quo, após determinar a realização do exame psicológico do reeducando (fls. 21), deferiu o pedido de livramento condicional (fls. 23/24), sem que fosse atendido o pleito ministerial, mesmo diante de sua reiteração (fls. 22).

Ora, inegável a imprescindibilidade da juntada do boletim informativo aos autos, para que se possa analisar o preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão do benefício pleiteado, sobretudo no que tange à eventual prática de falta grave pelo reeducando, seu histórico prisional e à existência de outros processos em andamento.

Consoante já decidido recentemente por esta E. Corte de Justiça:

“(...) De fato, o Boletim Informativo e o atestado de conduta carcerária são documentos importantes para apreciação dos benefícios pleiteados na execução penal, pois é por meio deles que se verifica como tem sido o comportamento do sentenciado, na unidade prisional em que está, se possui ou não registro de faltas disciplinares, quais são os processos a que responde e quais foram extintos, os benefícios já usufruídos, as atividades escolares e laborerápicas desenvolvidas, enfim, é onde está registrado todo o histórico prisional do sentenciado (...)” (Agravado em Execução nº 000312-72.2018.8.26.0154, rel. Des. Ruy Alberto Leme Cavaleiro, 3ª Câmara de Direito Criminal, j. em 08.05.2018).

Por conseguinte, revela-se imperiosa a declaração de nulidade da decisão de fls. 23/24, por ausência dos documentos necessários à apreciação do pedido, bem como pela falta de manifestação do Ministério Público a respeito do mérito.

Diante de todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo a fim de anular a r. decisão de fls. 23/24, com o retorno do sentenciado ao regime fechado, determinando-se que o Juízo 'a quo', após a juntada do boletim informativo e manifestação das partes, reaprecie o pedido de livramento condicional.

Note-se que se valeu o Tribunal *a quo* apenas na ausência do boletim informativo para anular a decisão que deferiu o livramento condicional

ao paciente. No entanto, como bem salientou o *Parquet* Federal, "verifica-se dos autos que a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais, muito embora tenha prescindido do chamado boletim informativo, amparou-se no bom comportamento carcerário do paciente (e-STJ, fls. 13-17), consoante atestado fornecido pelo Diretor do Centro de Segurança e Disciplina da CPP "Dr. Javert de Andrade" de São José do Rio Preto. O exame psicológico determinado pelo Juízo às fls. 14, e- STJ, também foi favorável à concessão do livramento condicional ao paciente, tendo sido, naquela ocasião, destacado que o reeducando não apresentava falta disciplinar (e-STJ, fls. 17). Além de referidos documentos atestarem o atendimento do requisito legal subjetivo para a concessão de livramento condicional, consoante documento apresentado pela defesa, em Comunicado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo 573/2016, foi determinada a possibilidade de dispensa da vinda do Boletim Informativo nos autos da execução criminal, sempre que o Juízo entender cabível, dentro de sua discricionariedade (e-STJ, fls. 29)." (e-STJ fl. 77).

Configurada, portanto, na espécie, flagrante ilegalidade, a justificar a concessão do *writ* de ofício.

Diante do exposto, **nego seguimento** ao *habeas corpus*. No entanto, acolhendo o parecer ministerial, **concedo a ordem de ofício**, para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais que concedeu ao paciente o livramento condicional.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator